

Prestação de Contas Consolidadas Relatório de Gestão Consolidado



2022



Município de Portalegre

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO ADOTADOS.....	3
3. CARATERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.....	7
3.1. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E TRANSPORTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE.....	7
3.1.1. <i>Caraterização</i>	7
4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA.....	11
ATIVO.....	13
PASSIVO.....	14
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	15
5. ANÁLISE ORÇAMENTAL CONSOLIDADA.....	22
6. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS FINANCEIRAS.....	25
NOTA 1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO.....	26
NOTA 2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.....	26
NOTA 3 ATIVOS INTANGÍVEIS.....	38
NOTA 4 ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS.....	40
NOTA 5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	43
NOTA 6 LOCAÇÕES.....	49
NOTA 8 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	49
NOTA 10 INVENTÁRIOS.....	50
NOTA 13 TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO.....	51
NOTA 14 RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO.....	52
NOTA 15 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES.....	53
NOTA 17 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO.....	53
NOTA 18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	54
NOTA 20 DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS.....	55



1. INTRODUÇÃO

O Município de Portalegre apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O Município de Portalegre apresenta as demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de dezembro de 2022, sendo o grupo autárquico do Município de Portalegre composto por um município e 2 empresas municipais, nomeadamente os Serviços Municipalizados de Águas e Transportes (Assegura a gestão da distribuição domiciliária de água, do sistema de saneamento, do serviço de transportes urbanos de passageiros, do estacionamento superficial e subterrâneo na cidade de Portalegre) e a Fundação Robinson (assegura ações de ordem Cultural, Educativa, Social e da Ciência e a gestão do espaço "Robinson").

No âmbito da descentralização das atribuições e competências afetas aos municípios, efetuar uma análise às contas apenas numa perspetiva individual, torna-se redutor, inviabilizando e condicionando



uma análise da real situação financeira do Município.

Neste contexto, a apresentação de contas consolidadas torna-se imperativa, por ser uma técnica contabilística que visa apresentar as contas de um grupo como se de uma única entidade económica se tratasse, sendo elaboradas as respetivas demonstrações financeiras, procurando dar a visão global da situação financeira e dos resultados do grupo autárquico, permitindo, desta forma efetuar a análise e a avaliação das políticas públicas locais.

Desta forma, apresentam-se as contas consolidadas do Grupo Municipal do Município de Portalegre, relativamente ao ano económico de 2022, que devem ser elaboradas e aprovadas, em conformidade com o disposto no art.º 75º da RFALEI, pela Câmara Municipal e alinhado com o instituído no nº 2 do art.º 76º, submetidas à apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte aquele a que respeitam.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município de Portalegre foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n. 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das normas de Contabilidade Pública.

Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante.

Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores.



O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC, aplicados no contexto do setor empresarial local.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO ADOTADOS

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.

Ponderados todos estes fatores, concluiu-se que grupo autárquico engloba o Município de Portalegre, os Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre e a Fundação Robinson, tal como se detalha no quadro seguinte:



Município de Portalegre

Entidade	Sigla	Valor Capital Social/Estatutário	Investimento Financeiro - Classe 4	% de Participação	Fundamentação integração no grupo autárquico	Método de Consolidação a Aplicar
Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre	SMAT	1.400.000,00€	-	100%	- a) do n.º 4 do artigo 75.º do RFALEI - Ponto 4 da Orientação n.º1/2010 (Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho)	<u>Método da simples agregação:</u> - a) do ponto 6.5 da Orientação n.º1/2010 (Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho) - a) do ponto 4.5.5.1 da Instrução do SATAPOCAL para o exercício de 2010
Fundação Robinson	FR	2 182 495,00 €	1 256 995,00 €	57,59%	- i) da alínea c) do n.º4 do artigo 75.º do RFALEI - Ponto 4 da Orientação n.º1/2010 (Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho)	<u>Método de consolidação integral:</u> - a) do ponto 6.5 da Orientação n.º1/2010 (Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho)

O método adotado na consolidação de contas do Município de Portalegre foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas, uma vez, que o grupo municipal consolidado é constituído por entidades detidas a 100% pela entidade mãe. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores. As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).



Porém, importará ressaltar que o presente relatório contém informações da contabilidade de gestão de acordo com a NCP 27, apenas de uma entidade do grupo autárquico (CMP) e apesar de as restantes entidades do grupo terem implementada a contabilidade de gestão, ainda não cumprem com a referida norma em toda a sua extensão e plenitude.

Relativamente aos **SMAT**, a existência do controlo total pelo Município encontra-se explicitado no artigo 75.º do RFALEI e advém, neste caso, da natureza da entidade controlada. Quanto ao método de consolidação, foi adotado o **método da simples agregação**, tal como indicado na instrução do SATAPOCAL, que a seguir se transcreve: "Aplica-se quando, na ausência de qualquer participação no capital das entidades consolidadas, se verifica um efetivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante (como é o caso, no perímetro de consolidação definido para os municípios, dos serviços municipalizados) ".

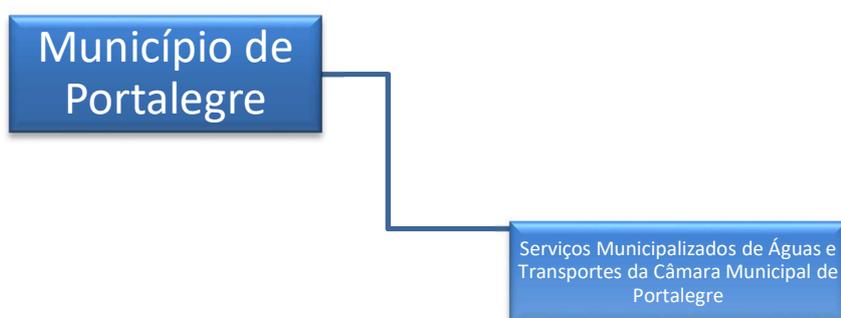
Quanto à **Fundação Robinson**, o enquadramento acerca do controlo da mesma pelo Município é dado pelo RFALEI, que determina que são também controladas as entidades "de outra natureza", objeto de verificação casuística e em função de circunstâncias concretas, com base em determinadas "condições de poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou o regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão". Deverá ser adotado o **método de consolidação integral**, de acordo com a Orientação n.º1/2010 (Portaria n.º474/2010, de 1 de julho), o qual estabelece este método para os casos em que "a entidade consolidante detém uma participação



superior a 50% dos direitos de voto dos titulares do capital da entidade controlada”.

No ano 2022 à semelhança de 2021 e 2020 o município não recebeu a documentação necessária para efetuar a respetiva agregação de contas, em virtude de não haver contas aprovadas pelos órgãos da Fundação Robinson, desta forma, em análise com o Revisor Oficial de Contas do município foi decidido efetuar com as entidades disponíveis, neste caso apenas entre o Município e os SMAT, podendo a qualquer altura esta situação ser revista quando esteja disponível a documentação em causa.

Organograma do Grupo Autárquico - 2022





3. CARATERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

3.1. Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre

3.1.1. Caraterização

Sumário Anual	Unid : euros				
Empresa: S.M.A.T. - Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da C.M. de Portalegre					
Missão: Assegurar a distribuição domiciliária de água, o serviço de transportes urbanos de passageiros, a gestão do estacionamento superficial e subterrâneo na cidade de Portalegre e a responsabilidade da exploração dos transportes não regulares de responsabilidade municipal					
Data de Constituição: 01/01/1945					
Dados Anuais	2018	2019	2020	2021	2022
Património	1 400 000,00	1 400 000,00	1 400 000,00	1 400 000,00	1 400 000,00
Activo Líquido	5 964 990,34	6 123 944,51	8 152 971,73	8 241 637,44	8 245 421,23
Imob. Líquido / Activo Não Corrente	3 673 107,37	3 517 116,49	6 222 644,82	6 416 463,81	6 144 632,19
Activo Circulante / Activo Corrente	2 291 882,97	2 606 828,02	1 930 326,91	1 825 173,63	2 100 789,04
Fundos Próprios	4 262 497,12	4 510 932,54	7 195 299,59	7 006 588,88	7 186 718,32
Resultados Líquidos	142 943,88	248 435,42	-207 817,75	-304 705,77	299 003,27
Passivo Total	1 702 493,22	1 613 011,97	957 672,14	1 235 048,56	1 058 702,91
Passivo Bancário					
- Passivo MLP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Empréstimos MLP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Passivo CP					
- Empréstimos CP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outras rubricas de Passivo de CP	579 866,68	552 515,21	460 310,93	445 879,00	508 150,11
Total de Proveitos e Ganhos	5 812 558,40	5 939 977,89	5 943 719,99	6 058 147,49	6 599 326,28
Volume de Negócios	5 554 886,51	5 598 063,65	5 549 042,33	5 726 541,87	6 130 398,77
- Subsídios de Exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Custos e Perdas	5 669 614,52	5 691 542,47	6 151 537,74	6 362 853,26	6 300 323,01
Gastos Exploração	5 668 675,54	5 686 867,23	6 033 329,58	6 202 982,90	6 161 412,72
Custos com Pessoal	1 111 247,91	1 151 601,49	1 134 815,49	1 139 386,68	1 307 500,56
Nº Empregados	57	59	57	63	62

A execução orçamental da Receita atingiu 100,27%. As receitas correntes 100,30% e as receitas de capital 99,99%.

A execução orçamental da despesa atingiu os 95,98%. As despesas correntes 96,64% e as despesas de capital 82,11%.

A execução do PPI atingiu os 84,61%.

Por estes dados consideramos que se verificou uma boa performance de execução e de previsões no orçamento.

O ano 2022, no que diz respeito à operação dos SMAT, foi um ano



caracterizado por uma recuperação significativa, quer ao nível económico, quer ao nível operativo, influenciado quase na sua totalidade por fatores externos aos SMAT, nomeadamente a saída da situação pandémica do país, e também, de uma forma muito significativa, pelo nível de pluviosidade registado no nosso território. De uma forma mais setorial, podemos resumir os principais fatores influenciadores do desempenho dos SMAT:

1 - Água: No setor do abastecimento de água, devemos salientar os decisivos efeitos provocados pela saída da situação de pandemia, nomeadamente através da normalização das condições da operação dos SMAT. A acrescer a este facto, podemos salientar a opção do executivo de manter inalterado o tarifário para 2022, não fazendo face aos aumentos de custos originados pela inflação e pelo agravamento do preço da água por parte da AdVT;

2 - Saneamento: A municipalização do saneamento ocorrida em 2017, veio aportar aos SMAT um novo setor de atividade que, pelas suas características, influencia, de forma decisiva, o nível dos resultados económicos, fazendo depender significativamente os gastos com o tratamento de efluentes nas ETAR da AdVT, do volume de pluviosidade verificado. Este fator, completamente imprevisível, deriva fundamentalmente das características da rede em baixa e do seu nível de infiltrações. Os SMAT, desde a municipalização do setor, priorizaram os seus investimentos no setor, na resolução das anomalias do sistema mais relacionadas com os problemas de saúde pública, nomeadamente no controlo e tratamento de aflúncias indevidas às linhas de água.

De futuro, torna-se fundamental e inadiável direcionar os investimentos para a redução das infiltrações no sistema, numa



lógica infraestrutural conducente a redes separativas. Deve ainda referir-se que também no caso do serviço de saneamento, não se verificou qualquer alteração tarifária.

3 - Transportes: O setor dos transportes foi porventura aquele mais afetado pela pandemia COVID 19, nomeadamente pela redução significativa do número de passageiros transportados, com redução obrigatória da lotação das viaturas para 1/3, e pela subida significativa dos custos com as matérias-primas. Também neste setor, se verificou uma recuperação significativa do nível de operação, nomeadamente a normalização das condições de funcionamento, bem como uma recuperação do número de passageiros transportados.

4 - Estacionamento: O estacionamento (superficial/subterrâneo) foi também ele bastante afetado pela pandemia COVID 19, registando-se uma lenta aproximação aos níveis de operação pré-pandemia.

Analisados os vários setores reitera-se que os SMAT estão empenhados numa estratégia de atuação que permita, no futuro, pautar as suas atividades de maior robustez, capacidade de intervenção e eficiência em toda a linha de atuação. Os SMAT continuam a desenvolver e a preparar novas competências que lhe permitam no futuro, e num quadro sem alterações do atual figurino, uma maior robustez e capacidade de intervenção. O atual modelo de exploração deverá ter uma continuidade assente numa estrutura de desenvolvimento sustentada, que permita manter os níveis de serviço público atualmente existentes, promovendo medidas de compensação de custos pela prestação de serviços de interesse público, quando os



mecanismos de mercado não suportem essas despesas. Assim, de forma a promover o desenvolvimento da estratégia adotada, será necessário dar continuidade ao reforço das competências e do investimento em todas as áreas de atuação, como forma de garantir a sustentabilidade económica, financeira, ambiental e social dos SMAT, bem como, os seus objetivos estratégicos, respeitando sempre a definição do serviço público.

(Fonte: Relatório de Gestão dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes de 2022)



4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus munícipes, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o Balanço e a Demonstração de Resultados.

BALANÇO CONSOLIDADO

Pela análise do Balanço resumido apresentado constata-se que o Ativo obteve um acréscimo de 3,16% enquanto, que no Passivo se verificou um decréscimo de 9,91%.

Em 2022 o ativo das contas consolidadas do Município de Portalegre atingiu os 124,45 milhões de euros, que representa um aumento de 3,81 milhões de euros face ao ano anterior (3,16%). Do total do ativo, 95,16% constitui o ativo não corrente e 4,84% o ativo corrente.

O próximo quadro reflete a estrutura do Balanço em 31/12/2022 e período homólogo do ano anterior.



Município de Portalegre

Município de Portalegre			
Balço Consolidado em 31 de Dezembro de 2022		Valores em €	
Rubricas	NOTAS	SNC - AP	SNC - AP
		31/12/2022	31/12/2021
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		104 790 726,28	103 264 395,31
Propriedades de investimento		2 709 024,82	1 904 906,53
Activos intangíveis		187 663,98	102 030,84
Activos biológicos			
Participações financeiras		8 591 486,17	8 591 486,17
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associado			
Diferimentos			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
Cientes, Contribuinte e Utentes			
Outras contas a receber		2 151 865,88	2 315 044,47
		118 430 767,13	116 177 863,32
Activo corrente			
Inventários		418 712,11	417 649,74
Activos Biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		841 701,39	572 952,79
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Cientes, contribuintes e utentes		642 016,27	782 230,22
Estado e outros entes públicos		8 363,65	
Acionistas/sócios/associado			
Outras contas a receber		1 095 885,31	704 039,21
Diferimentos		247 816,03	313 132,04
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos		2 768 265,13	1 668 401,70
		6 022 759,89	4 458 405,70
Total do Activo		124 453 527,02	120 636 269,02
Património Líquido			
Capital Próprio			
Património/Capital		71 487 911,51	71 487 911,51
Ações (quotas próprias)			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		2 560 654,30	2 560 654,30
Resultados Transitados		-26 949 300,94	-21 312 821,55
Ajustamentos em ativos financeiros		13 166 016,54	6 464 133,43
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido		42 933 449,42	43 089 256,66
Resultado líquido do período		3 551 394,55	1 247 668,62
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		106 750 125,38	103 536 802,97
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		1 295 652,22	902 273,98
Financiamentos Obtidos		7 329 354,84	8 765 326,14
Fornecedores de investimentos		694 450,29	919 134,97
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos		1 545 250,50	1 613 928,30
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			974,73
Outras contas a pagar		171 227,25	142 160,96
		11 035 935,10	12 343 799,08
Passivo Corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		235 611,36	248 445,76
Fornecedores		616 246,36	964 231,77
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			26 319,69
Estado e outros entes públicos		21 395,49	78 188,21
Acionistas/sócios/associado			
Financiamentos Obtidos		1 479 037,30	1 630 562,60
Fornecedores de investimentos		227 983,40	221 256,34
Outras contas a Pagar		1 788 527,02	1 586 662,60
Diferimentos		2 298 665,61	
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros Passivos financeiros			
		6 667 466,54	4 755 666,97
Total do Passivo		17 703 401,64	17 099 466,05
Total do Capital Próprio e do Passivo		124 453 527,02	120 636 269,02



De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

ATIVO

Quadro – Evolução do Ativo

(unidade monetária: euros)

Componentes do Ativo	2022	2021	2022/2021
Ativos fixos tangíveis	104 790 726,28	103 264 395,31	1,48%
Ativos intangíveis	187 663,98	102 030,84	83,93%
Propriedades de investimento	2 709 024,82	1 904 906,53	42,21%
Participações financeiras	8 591 486,17	8 591 486,17	0,00%
Diferimentos	0,00	0,00	0,00%
Outros ativos financeiros	2 151 865,88	2 315 044,47	-7,05%
Ativo não corrente	118 430 767,13	116 177 863,32	1,94%
Inventários	418 712,11	417 649,74	0,25%
Devedores p/ transf e subsídios não reembolsáveis	841 701,39	572 952,79	46,91%
Clientes, contribuintes e utentes	642 016,27	782 230,22	-17,92%
Estado e outros entes públicos	8 363,65	0,00	0,00%
Outras contas a receber	1 095 885,31	704 039,21	55,66%
Diferimentos	247 816,03	313 132,04	-20,86%
Caixa e depósitos	2 768 265,13	1 668 401,70	65,92%
Ativo corrente	6 022 759,89	4 458 405,70	35,09%
Ativo Total	124 453 527,02	120 636 269,02	3,16%

Os ativos não correntes correspondem, lato senso, ao que anteriormente se designava por Imobilizado, que englobava os bens de domínio público, as imobilizações incorpóreas, corpóreas e os investimentos financeiros. Com a entrada em vigor do SNC-AP os ativos não correntes foram reorganizados de forma diversa, desagregando-se em ativos fixos tangíveis, em propriedades de investimento, ativos intangíveis e participações financeiras. Enquanto se verifica uma relativa correspondência entre os ativos intangíveis e as antigas imobilizações incorpóreas, assim como entre os investimentos financeiros e as participações financeiras, o mesmo já não se passa em relação às restantes contas, pelo que parte dos ativos foi objeto de reclassificação como propriedades de investimento, considerando-se como tal os ativos que geram benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Os ativos fixos tangíveis representam 84,20% do total do ativo e



registaram um aumento de 1.526 mil euros. Este aumento resulta da transferência de ativos em curso para ativos fixos.

As dívidas de terceiros representam 3,80% do ativo e tiveram uma variação positiva, decorrente essencialmente aumento da rubrica "outras contas a receber". As disponibilidades registaram um saldo de 2.768 mil euros tendo-se verificado um aumento relativamente ao ano 2021.

As dívidas de terceiros de curto prazo representam 2,07% do ativo e assistiram, entre 2021 e 2022, a um aumento do seu valor absoluto de 520 mil euros. Os diferimentos ascendem a 247 mil euros e dizem respeito a gastos a reconhecer, verificando-se um decréscimo relativamente ao ano anterior.

PASSIVO

Em relação ao passivo consolidado, o Município de Portalegre fechou o ano com um valor de 15,40 milhões, sendo constituído em 71,64% por passivo não corrente e em 28,36% por passivo corrente. De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas:

Passivo	2022	2021	2022/2021
Provisões	1 295 652,22	902 273,98	43,60%
Financiamentos obtidos	7 329 354,84	8 765 326,14	-16,38%
Fornecedores de Investimento	694 450,29	919 134,97	-24,45%
Fornecedores	0,00	974,73	-100,00%
Diferimentos	1 545 250,50	1 613 928,30	-4,26%
Outras contas a pagar	171 227,25	142 160,96	20,45%
Passivo não corrente	11 035 935,10	12 343 799,08	-10,60%
Credores por transf e subs não reemb concedidc	235 611,36	248 445,76	-5,17%
Fornecedores	616 246,36	964 231,77	-36,09%
Aditamentos de clientes, contribuinte e utentes	0,00	26 319,69	-100,00%
Estado e outros entes públicos	21 395,49	78 188,21	-72,64%
Financiamentos obtidos	1 479 037,30	1 630 562,60	-9,29%
Fornecedores de Investimento	227 983,40	221 256,34	3,04%
Outras contas a pagar	1 788 527,02	1 586 662,60	12,72%
Passivo corrente	4 368 800,93	4 755 666,97	-8,13%
	15 404 736,03	17 099 466,05	-9,91%



Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma variação negativa de 9,91%, que resulta da descida generalizada das suas rubricas. As rubricas de fornecedores tiveram um decréscimo de 36.09%, (-347 mil euros), contrariamente os fornecedores de investimento que cresceram 3,04%, (6 mil euros) do que no ano 2021, este aumento resulta de algumas faturas do mês de dezembro de obras em curso.

Os fundos próprios do Município passaram a totalizar 106,75 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de cerca de 3,21 milhões de euros relativamente ao ano anterior, situação que deve essencialmente a ajustamentos de ativos financeiros, ajustamentos de transição do sistema contabilístico POCAL para SNC, decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial nas participações nos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes e Fundação Robinson e aumentos nos resultados líquidos do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O quadro seguinte exhibe a demonstração de resultados, mostrando como o resultado do exercício foi alcançado, tendo em conta o comportamento dos custos e proveitos e a sua variação relativamente ao ano anterior:

Quadro - Demonstração de Resultados

(unidade monetária: Euros)



Município de Portalegre

Município de Portalegre			
Demonstração de resultados consolidada em 31 de Dezembro de 2022			Valores em €
Rendimentos e Gastos	NOTAS	Periodos	
		31/12/2022	31/12/2021
Impostos, contribuições e taxas		6 097 357,74	5 524 127,68
Vendas		1 765 356,52	1 713 551,30
Prestações de serviços e concessões		3 666 682,51	3 423 347,51
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos			
Transferências e subsídios correntes obtidos		12 857 575,07	10 264 384,12
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade		52 941,75	29 889,94
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-2 314 290,85	-2 286 018,67
Fornecimentos e serviços externos		-6 511 914,42	-5 707 585,78
Gastos com pessoal		-10 207 599,84	-8 700 179,79
Transferências e subsídios concedidos		-1 035 343,56	-948 991,04
Prestações sociais		-203 594,38	-7 658,91
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		-14 359,64	8 432,78
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-13 106,94	-61 594,30
Provisões (aumentos/reduções)		-374 416,22	1 517,98
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		6 369 425,64	4 451 418,82
Outros gastos		-726 239,91	-554 298,56
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		9 408 473,47	7 150 343,08
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-5 753 844,03	-5 798 615,93
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			14 520,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		3 654 629,44	1 366 247,15
Juros e rendimentos similares obtidos		10 727,51	
Juros e gastos similares suportados		-113 962,40	-118 578,53
Resultado antes de impostos		3 551 394,55	1 247 668,62
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		3 551 394,55	1 247 668,62
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			
		3 551 394,55	1 247 668,62

GASTOS

Verificou-se um acréscimo global de 12,13% nos Gastos Totais com um valor de 27.037.611,23€, o que se traduz num aumento de 2.924.860,91€ relativamente ao exercício anterior.



Quadro – Gastos

(unidade monetária: Euros)

GASTOS	2022	2021	2022/2021
Transferências e subsídios concedidos	1 035 343,56	948 991,04	9,10%
CMVMC	2 314 290,85	2 286 018,67	1,24%
FSE	6 511 914,42	5 707 585,78	14,09%
Gastos com pessoal	10 207 599,84	8 700 179,79	17,33%
Gastos de depreciação e de amortização	5 753 844,03	5 798 615,93	-0,77%
Provisões do período	374 416,22	-1 517,98	-24765,43%
Outros gastos e perdas	726 239,91	554 298,56	31,02%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	113 962,40	118 578,53	-3,89%
Total	27 037 611,23	24 112 750,32	12,13%

A estrutura de gastos no ano 2022 registou no geral um aumento, sendo a mesma provocada pelo aumento na quase totalidade das rubricas, com exceção dos Gastos com depreciação e de amortizações (-0,77%) e Gastos e perdas por juros e outros encargos (-3,89%).

No ano 2022, as rubricas com maior peso na estrutura dos gastos são os gastos com pessoal, gastos de depreciação e amortização e os fornecimentos e serviços externos. Comparativamente com o período de 2021, os gastos com depreciação e amortização registaram uma diminuição de 0,77% (-44.771,90€), justificado pelas várias amortizações extraordinárias em 2021, na sequência dos acertos de transição do sistema POCAL para SNC.

Os gastos com o pessoal tiveram um aumento de 17,33%, salientamos que parte do aumento se deve aos gastos com as novas competências no setor da educação, uma vez que no ano 2022 o município assumiu o ano completo a totalidade das competências, assumindo também a partir do mês de setembro os dois refetório do agrupamento da José Régio e Bonfim.

RENDIMENTOS

Os rendimentos em 2022 foram de 30,82 milhões de euros para um nível de gastos de 27,03 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de 21,31% dos rendimentos e de 12,13% dos gastos.



Quadro – Rendimentos

(unidade monetária: Euros)

PROVEITOS	2022	2021	2022/2021
Impostos, contribuições e taxas	6 097 357,74	5 524 127,68	10,38%
Vendas	1 765 356,52	1 713 551,30	3,02%
Prestação de serviços e concessões	3 666 682,51	3 423 347,51	7,11%
Transferências e subsídios obtidos	12 857 575,07	10 264 384,12	25,26%
Trabalhos para a própria entidade	52 941,75	29 889,94	77,12%
Outros rendimentos	6 369 425,64	4 451 418,82	43,09%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	10 727,51	0,00	0,00%
Total	30 820 066,74	25 406 719,37	21,31%

No ano 2022, as rubricas com maior peso na estrutura dos proveitos continuam a ser as transferências e subsídios obtidos (41,72%) e os impostos e taxas (19,78%).

O aumento dos impostos contribuições e taxas em 2022 registou um acréscimo de 10,38%, (+ 573.230,06 euros), resulta do acréscimo das cobranças do IMT - imposto municipal sobre transações de imóveis (+190.141,11 euros);

A rubrica de prestações de serviços teve um aumento de 243.335,00 euros, traduzindo num aumento de 7,11%.

A rubrica de transferências e subsídios obtidos totaliza 12,85 milhões de euros, tendo registado um acréscimo de 25,26%, que resulta do aumento de 2.593.190,95 euros, resultante de vários aumentos, destacando-se o valor da verba transferida pelo Ministério da Educação referente às novas competências nesta matéria (+2.019.119,40 euros) e os valores recebidos da participação no F.E.F. (+262.022 euros) F.S.M (+135.893 euros) e IRS (+42.951 euros).

Divida Municipal Consolidada



Este ponto do relatório apresenta a evolução da totalidade das dívidas a terceiros a 31 de dezembro de 2022, agrupando-as de acordo com o seu prazo de exigibilidade – médio e longo prazo ou curto prazo.

Quadro – Dívida Consolidada

Dívida Consolidada	2022	2021	2022/2021
Financiamentos obtidos	7 329 354,84	8 765 326,14	-16,38%
Fornecedores de Investimento	694 450,29	919 134,97	-24,45%
Fornecedores	0,00	974,73	-100,00%
Outras contas a pagar	171 227,25	142 160,96	20,45%
Dívida não corrente	8 195 032,38	9 827 596,80	-16,61%
Credores por transf e subs não reemb concedidc	235 611,36	248 445,76	-5,17%
Fornecedores	616 246,36	964 231,77	-36,09%
Aditamentos de clientes, contribuinte e utentes	0,00	26 319,69	-100,00%
Estado e outros entes públicos	21 395,49	78 188,21	-72,64%
Financiamentos obtidos	1 479 037,30	1 630 562,60	-9,29%
Fornecedores de Investimento	227 983,40	221 256,34	3,04%
Outras contas a pagar	1 788 527,02	1 586 662,60	12,72%
Dívida corrente	4 368 800,93	4 755 666,97	-8,13%
Total Dívida	12 563 833,31	14 583 263,77	-13,85%

A dívida do grupo município em 31 de dezembro de 2022 totaliza 12.563.833,31€, sendo que a dívida não corrente (de médio e longo prazo) representa 65,23% desse valor (8.195.032,38 €) e a dívida corrente (de curto prazo) 34,77% (4.368.800,93 €).

Verifica-se uma tendência de redução da dívida. Relativamente a 2021, a dívida registou uma diminuição de 2.019.430,46 €, ou seja de 13,85%.

A componente de maior peso na dívida são os empréstimos, representando 70% da sua totalidade. Relativamente à dívida de médio e longo prazo, aqueles contratos representam 89 %.

MAPA FLUXO DE CAIXA



Município de Portalegre

Município de Portalegre			
Demonstração dos fluxos de caixa consolidado em 31 de Dezembro de 2022 Valores em €			
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		7 121 997,80	6 607 592,86
Recebimentos de contribuintes		5 360 287,67	5 176 336,69
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		13 028 187,58	10 516 725,70
Recebimentos de utentes		208 271,39	
Pagamentos a fornecedores		-9 009 903,27	-8 114 912,52
Pagamentos ao pessoal		-6 294 596,64	-5 321 828,65
Pagamentos a contribuintes / Utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-1 294 991,57	-1 011 859,53
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		9 119 252,96	7 852 054,55
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		-9 324 228,07	-7 849 873,69
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-9 324 228,07	-7 849 873,69
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-860 096,24	-1 229 796,06
Ativos intangíveis		-113 203,33	-31 745,66
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			-30 391,75
Outros ativos		-12 934,06	-31 103,50
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		248 251,83	268 522,61
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		59 148,82	41 177,26
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			4 963,75
Transferências de capital		3 531 370,22	3 194 249,11
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		2 852 537,24	2 185 875,76
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			488 902,97
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos		9 410,00	
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1 560 509,28	-1 816 009,27
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1 551 099,28	-1 327 106,30
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1 096 462,85	860 950,32
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 668 401,70	807 451,38
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 764 864,55	1 668 401,70
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 668 401,70	807 451,38
- Equivalentes a caixa no início do período		632 761,49	
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		1 371,53	
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		1 668 401,70	807 451,38
De execução orçamental		1 521 898,48	638 682,25
De operações de tesouraria		146 503,22	168 769,13
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 764 864,55	1 668 401,70
- Equivalentes a caixa no fim do período		987 700,69	
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		3 502,42	
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		2 764 864,55	1 668 401,70
De execução orçamental		2 588 718,82	1 521 898,48
De operações de tesouraria		176 145,73	146 503,22

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO



Município de Portalegre

Demonstração das Alterações no Património Líquido

Município Consolidado

Descrição	Notas	Capital / Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Reservas decorrentes da transferência	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido	Ano 2022			
													Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	72 887 911,51	0,00	0,00	0,00	2 841 487,20	1 195 985,36	427 700,81	-26 112 907,73	13 166 016,54	0,00	44 707 657,50	1 228 646,18	110 342 507,37	0,00	110 342 507,37
Alterações no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	-250 409,15	0,00	-250 409,15	0,00	-250 409,15
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			13 258,18	0,00	0,00	0,00	0,00	13 258,18	0,00	13 258,18
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-1 400 000,00	0,00	0,00	0,00	-280 842,90	-1 195 985,36	-427 700,81	-858 088,25	0,00	0,00	-1 523 798,93	-1 228 646,18	-6 915 062,47	0,00	-6 915 062,47
	(2)	-1 400 000,00	0,00	0,00	0,00	-280 842,90	-1 195 985,36	-427 700,81	-844 830,11	0,00	0,00	-1 774 208,08	-1 228 646,18	-7 152 213,44	0,00	-7 152 213,44
Resultado Líquido do Período	(3)												3 559 831,45	3 559 831,45	0,00	3 559 831,45
Resultado Integral	(4)=(2)+ (3)												2 331 185,27	-3 592 381,99	0,00	-3 592 381,99
Operações com detentores de capital no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	+(2)+(3)- (5)															
Posição fim período	(5)	71 487 911,51	0,00	0,00	0,00	2 560 654,30	0,00	0,00	-26 957 737,84	13 166 016,54	0,00	42 933 449,42	3 559 831,45	106 750 125,38	0,00	106 750 125,38



5. ANÁLISE ORÇAMENTAL CONSOLIDADA

A preparação de demonstrações orçamentais tem como objetivo apresentar mapas de execução orçamental consolidados que transmitam de forma verdadeira e apropriada a execução orçamental do conjunto de entidades que compõem o perímetro de consolidação como se de uma entidade se tratasse.

Estabelece a NCP 26 que um dos sub-perímetros de consolidação é o da Administração Local, sendo para este efeito, consideradas as entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

“Para efeitos de consolidação, as demonstrações orçamentais das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação devem ser preparadas na mesma base contabilística, no caso a base de caixa modificada” (recebimentos/pagamentos e liquidações/obrigações), conforme referido no parágrafo 26 da NCP26. Encontram-se estabelecidos na NCP26 os procedimentos a realizar na consolidação orçamental, sendo que o método compreende a soma algébrica de rubricas equivalentes de obrigações, de pagamentos, de liquidações e de recebimentos das demonstrações orçamentais individuais das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação e na posterior eliminação dos saldos resultantes de obrigações e liquidações recíprocas por natureza, assim como dos saldos de pagamentos e recebimentos de operações internas por natureza.

O SNC- AP determina, no parágrafo 28 da NCP 26, que “as demonstrações orçamentais consolidadas são preparadas combinando as demonstrações orçamentais das entidades que compõem o perímetro de consolidação, numa base de linha a linha, adicionando rubricas idênticas de obrigações, de pagamentos, de liquidações e de recebimentos”, procedimento este efetuado entre as demonstrações



Município de Portalegre

orçamentais do Município de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes de Portalegre.

Demonstração Consolidada do Deserpenho Orçamental

Rubrica	RECEBIMENTOS	n	n-1	Rubrica	PAGAMENTOS	n	n-1
	Saldo de gerência anterior	1 668 401,70	807 451,38				
R01	Operações Orçamentais [1]	1 521 898,48	638 662,25				
R02	Devolução do saldo oper. orçamentais	0,00	0,00				
R04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00				
R03	Operações de tesouraria [A]	146 503,22	168 789,13				
	Receita Corrente	27 130 125,47	23 623 786,99				
R1	Receita Fiscal	5 360 287,67	5 176 336,69	D1	Despesa corrente	20 919 887,77	18 239 801,93
R1.1	Impostos diretos	5 278 662,75	5 107 228,52	D1.1	Despesas com o pessoal	10 209 656,60	8 521 073,32
R1.2	Impostos indiretos	81 604,92	69 108,17	D1.1.1	Remunerações Certas e Permanentes	7 780 009,09	6 552 397,60
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	298 535,75	264 003,16
R3	Taxas multas e outras penalidades	491 142,59	379 804,23	D1.3	Segurança Social	2 131 111,76	1 704 672,56
R4	Rendimentos de propriedade	59 148,82	41 177,26	D1.1.1.1	Segurança Social	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	13 102 458,88	10 643 183,93	D2	Aquisição de bens e serviços	8 173 148,85	7 668 051,79
R5.1	Transferências correntes	13 102 458,88	10 643 183,93	D3	Juros e outros encargos	83 437,73	116 076,20
R5.1.1	Administrações Públicas	13 102 458,88	10 643 183,93	D4	Transferências e subsídios correntes	1 962 794,52	1 682 719,42
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	13 100 756,99	10 643 183,93	D4.1	Transferências correntes	1 917 117,46	1 652 103,69
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	1 701,89	0,00	D4.1.1	Administrações Públicas	1 336 002,06	1 169 984,28
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	183 181,69	73 257,60
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	1 152 820,37	1 087 726,68
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	D4.2	Entidades do setor não lucrativo	552 820,42	433 611,05
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	D4.1.3	Famílias	28 294,98	57 508,36
R6	Venda de bens e serviços	8 063 680,31	7 366 911,07	D4.1.4	Outras	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	53 407,20	16 373,81	D4.2	Subsídios correntes	45 677,06	30 615,73
	Receita de Capital	3 983 000,15	4 391 850,73	D5	Outras despesas correntes	490 850,07	251 881,20
R8	Venda de bens de investimento	248 251,83	268 522,61	D6	Aquisição de bens de capital	7 274 468,94	6 830 782,42
R9	Transferências e subsídios de capital	3 531 370,22	3 199 212,86	D7	Transferência e subsídios de capital	198 068,24	118 181,55
R9.1	Transferências de capital	3 531 370,22	3 199 212,86	D7.1	Transferências de capital	198 068,24	118 181,55
R9.1.1	Administrações Públicas	3 531 370,22	3 199 212,86	D7.1.1	Administrações Públicas	58 189,67	15 178,05
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	3 531 370,22	3 199 212,86	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	58 189,67	15 178,05
R9.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.4	Outras	91 162,37	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	48 716,20	103 003,50
R10	Outras receitas de capital	203 378,10	924 115,26	D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	19 126,09	4 995,68	D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	31 132 251,71	28 020 633,40		Despesa efetiva [5]	28 392 424,95	25 188 765,90
	Receita não efetiva [3]	0,00	488 902,97		Despesa não efetiva [6]	1 587 496,60	2 445 422,33
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	15 195,85
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	488 902,97	D10	Despesa com passivos financeiros	1 587 496,60	2 430 226,48
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	32 654 150,19	29 148 216,62		Soma [7]=[5]+[6]	29 979 921,55	27 634 188,23
ROT1	Operações de Tesouraria [B]	167 116,45	214 132,56	DOT1	DOT1 - Operações de tesouraria [C]	137 473,94	236 398,47
	Receita total [1] + [2] + [3]	32 654 150,19	29 148 216,62		Saldo para a gerência seguinte	2 850 374,37	1 034 268,68
					Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	2 674 228,64	1 514 030,39
					Operações de tesouraria [C] = [A] + [B] - [C]	176 145,73	98 166,39
					Saldo Global [2] - [5]	2 739 826,76	2 831 867,50
					Despesa primária	29 417 600,11	25 979 437,38
					Saldo corrente	6 124 727,88	5 391 853,15
					Saldo de capital	-3 489 537,03	-2 557 113,24
					Saldo primário	2 737 754,67	2 955 811,79
					Despesa total [5] + [6]	29 979 921,55	27 634 188,23



Município de Portalegre

Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

LIQUIDAÇÕES			OBRIGAÇÕES				
Rubrica		n	n-1	Rubrica	n	n-1	
	Receita Corrente	1 306 023,66	1 403 608,48		Despesa corrente	51 929,54	229 997,72
R1	Receita Fiscal	45 788,46	40 582,66	D1	Despesas com o pessoal	31 399,30	116 941,58
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	15 905,84	67 162,35
R1.2	Impostos indiretos	45 788,46	40 582,66	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	14 050,90	48 182,80
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D1.3	Segurança Social	1 442,56	1 596,43
R3	Taxas multas e outras penalidades	58 960,30	51 390,86	D2	Aquisição de bens e serviços	412,38	17 383,12
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	D3	Juros e outros encargos	19 196,96	88 835,80
R5	Transferências correntes	73 790,84	141 134,92	D4	Transferências correntes	782,50	4 000,00
R5.1	Administrações Públicas	73 790,84	0,00	D4.1	Administrações Públicas	782,50	4 000,00
R5.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	D4.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	4 000,00
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	73 790,84	0,00	D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D4.1.5	Administração Local	0,00	4 000,00
R5.2	Exterior - U E	0,00	141 134,92	D4.2	Instituições sem fins lucrativos	782,50	0,00
R5.3	Outras	0,00	0,00	D4.3	Famílias	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	1 072 787,62	1 163 828,54	D4.4	Outras	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	54 696,44	6 671,50	D5	Subsídios	0,00	0,00
				D6	Outras despesas correntes	138,40	2 837,22
	Receita de Capital	3 744 249,27	3 488 204,61		Despesa de capital	971 064,95	1 621 505,17
R8	Venda de bens de investimento	3 026 182,06	3 017 270,70	D7	Investimento	927 483,95	1 569 207,96
R9	Transferências de capital	717 767,40	470 634,10	D8	Transferências de capital	43 581,00	52 297,21
R9.1	Administrações Públicas	717 767,40	0,00	D8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R9.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	D8.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	717 767,40	0,00	D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.2	Exterior - U E	0,00	470 634,10	D8.2	Instituições sem fins lucrativos	43 581,00	52 297,21
R9.3	Outras	0,00	0,00	D8.3	Famílias	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	299,81	299,81	D8.4	Outras	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	5 050 272,93	4 891 813,09		Despesa efetiva [5]	1 022 994,49	1 851 502,89
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00		Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D11	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
	Receita Total [4]=[2]+[3]	5 050 272,93	4 891 813,09		Despesa Total [7]=[5]+[6]	1 022 994,49	1 851 502,89



6. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS FINANCEIRAS

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro aprova o novo Sistema Contabilístico para as Administrações Públicas, SNC-AP, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de Dezembro, revoga os vários planos sectoriais, inclusive o POCAL, Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e suas alterações, com exceção dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento. O Município de Portalegre apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. O SNC-AP visa homogeneizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC-ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial local e das entidades do setor não lucrativo, respetivamente.



Nota 1 Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 – Identificação da entidade, período de relato

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no ANEXO I (caracterização da entidade do Tribunal de Contas) e o organograma no ANEXO II.

1.2 – Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a Entidade.

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

CONTA	2022	2021
Caixa	3 032,89	2 764,97
Depósitos à ordem	2 758 329,24	1 664 265,20
Depósitos bancários à ordem	2 758 329,24	1 664 265,20
Outros depósitos	3 502,42	1 371,53
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados	3 502,42	1 371,53
Total	2 764 864,55	1 668 401,70

Os saldos de caixa e seus equivalentes são constituídos por saldos de gerência.

Nota 2 Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os



benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

(b) Propriedades de investimento

O MUNICIPIO contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios (ou parte deles) detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

As propriedades de investimento do MUNICIPIO encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

(c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais



perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios de pesquisa são reconhecidos na demonstração dos resultados como gasto quando suportados.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a entidade demonstre a capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que ocorram.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil. O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos



futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta. As licenças de software e programas de computador têm uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes têm uma vida útil estimada de 5 anos.

(d) Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o MUNICIPIO controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 – Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

(e) Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as



depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

(f) Participações financeiras

As participações financeiras são registadas inicialmente a preço de compra incluindo quaisquer encargos atribuíveis para colocar a participação à disposição.

O MUNICIPIO aplica o método de equivalência patrimonial na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada; (b) Participação em processos de decisão de políticas; (c) Transações materiais entre o investidor e a participada; (d) Intercâmbio de pessoal de gestão; ou (e) Prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no



capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

No caso de existirem participações financeiras em outras entidades que não sejam tidas como participações em empreendimentos conjuntos, subsidiárias ou associadas, estas serão registadas ao custo de aquisição deduzido de qualquer perda por imparidade acumulada.

(g) Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado excede a quantia recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados do período. A quantia recuperável é a mais alta entre o justo valor menos custos de vender do ativo e o seu valor de uso.

O valor de uso é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo, no caso dos "Ativos não geradores de Caixa", e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil, no caso dos "Ativos geradores de Caixa".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na



demonstração dos resultados (ganhos).

(g) Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra.

O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações. Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de perdas por imparidade em inventários".

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio adotado pelo MUNICIPIO é o Custo Médio Ponderado.

(j) Instrumentos financeiros

O MUNICIPIO reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.



Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Contas a receber;
- Fornecedores;
- Contas a pagar;
- Financiamentos obtidos;

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

k) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de



um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O MUNICIPIO não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

(I) Regime do acréscimo

O MUNICIPIO regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os



correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" ou "Diferimentos".

(M) Rendimentos

O MUNICIPIO aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 - Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação. O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o MUNICIPIO benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

- Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nesta circunstância ao regime do acréscimo.

- Impostos, contribuições e taxas
- Transferências e subsídios correntes obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o MUNICIPIO cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. A dotação do Orçamento de Estado é atribuída anualmente ao MUNICIPIO em conformidade com anexo da LEI do OE, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do



período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”

2.3 Julgamentos e estimativas

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão do MUNICIPIO efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações a data de relato, pelo que as presentes demonstrações financeiras incluem rubricas que resultam de estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas do MUNICIPIO.

As estimativas acima referidas são determinadas pelos julgamentos da gestão do MUNICIPIO, os quais se baseiam na melhor informação e conhecimento de eventos presentes, e nas ações que o MUNICIPIO



considera poder vir a desenvolver no futuro.

É considerado que as escolhas efetuadas são as apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam, de forma adequada, a posição financeira do MUNICIPIO e o resultado das suas transações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Registo de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes;
- Especializações diversas.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço, mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo Órgão Executivo e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos") são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período



corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Não se aplica.

Nota 3 Ativos intangíveis

3.1 Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

a. As vidas úteis ou as taxas de amortização usadas

As vidas úteis estimadas têm por base o Classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC-AP.

b. Método de amortização

O método de amortização usado é o das quotas constantes.

c. Quantia escriturada bruta e líquida

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e								
Ativos intangíveis em curso	7 084,80			7 084,80	55 485,30			55 485,30
Goodwill								
Outros								
Programas de computador e sistemas de informação	844 036,14	749 090,10		94 946,04	967 484,99	835 306,31		132 178,68
Projetos de desenvolvimento								
Propriedade industrial e intelectual	41 938,80	41 938,80			41 938,80	41 938,80		
TOTAL	893 059,74	791 028,90		102 030,84	1 064 909,09	877 245,11		187 663,98

3.2 Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	94 946,04 €	150 289,33 €					-86 216,21 €	-26 840,48 €
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso	7 084,80 €	80 269,80 €						-31 869,30 €
TOTAL	102 030,84	230 559,13					-86 216,21	-58 709,78



3.2A – Ativos intangíveis – adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou Troca	Doação	Dação em Pagamento	Locação Financ.	Fusão	Outras	Total
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		123 448,85							26 840,48	150 289,33
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso		80 269,80								80 269,80
TOTAL		203 718,65							26 840,48	230 559,13

No ano 2022 verificaram-se aquisições Programas de computador e sistemas de informação, nomeadamente:

- Licença de Software CYPE (Valor – 399,75€);
- Software de Faturação (ZS Posw Mobile – 4 Unidades – Valor – 708,48€);
- Aquisição de Geoportal (Plantas de Localização – Valor – 14.760,00€);
- Software Firebox M390 (Valor – 1.936,65€);
- Software (Módulo RGPC – Valor – 1.107,00€);
- Software GIAE (Refeitórios Escolares – Valor – 8.407,05€);
- Software EPDR + Patch Manager (Licença – Valor – 37.005,01);
- Software (VMware VSphere Essentials – Valor – 5.802,50€)
- Software (HPE Perf Cluster Mqr – Valor – 15.683,37€);
- Suporte 3 anos – Software (Valor – 9.145,56€);
- Software adquirido no âmbito de procedimentos com a CIMAA destinado aos Serviços Municipalizados (Valor – 26.840,48€).

3.2B - Ativos intangíveis – diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienação a Título Oneroso	Transferência ou Troca	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público património histórico artístico e cultural					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador e sistemas de informação				-26 840,48	-26 840,48
Propriedade industrial e intelectual					
Outros					
Ativos intangíveis em curso				-31 869,30	-31 869,30
Total	0,00	0,00	0,00	-58 709,78	-58 709,78



No ano 2022 verificou-se a transferência para os Serviços Municipalizados de Programas de computador e sistemas de informação adquiridos através de candidatura conjunto entre os Municípios da CIMAA, nomeadamente: Software Cua – Portalegre (Valor – 26.840,48€).

3.5 – Outras divulgações de Ativos intangíveis – A.I. totalmente amortizados ainda a uso

Em 31 de dezembro de 2022 o Município apresentava os seguintes Ativos Intangíveis, totalmente amortizados, mas ainda a uso, constantes do anexo III.

Nota 4 Acordos de concessão de serviços

Os ativos correspondentes a estes acordos de concessão, não se encontram ainda reconhecidos por ausência de informação das entidades concessionárias, pelo que se prevê que este assunto seja objeto de regularização, no ano de 2022, de acordo com a IPSAS 33.

De acordo com a NCP – Norma Contabilidade Pública nº 4 no parágrafo nº 5º, são apresentadas as definições de; concessão, concessionário e concedente. Sendo que uma concessão é um acordo vinculativo entre um concessionário, que usa os ativos da concessão para prestar um serviço público, em nome do concedente.

No paragrafo nº 6, da mesma NCP é indicado que o concedente deve reconhecer um ativo nas suas contas, desde que tenha o controlo ou a regulamentação dos serviços que o concessionário tem de prestar e a que preço. E controla através da propriedade, direito aos benefícios ou outra forma, qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo

Nos parágrafos 11 a 13, da mesma NCP, é definido que quando o concedente reconhecer um ativo de concessão de serviços de acordo com os parágrafos 6 ou 7, o concedente deve também reconhecer um



passivo.

O Município detém contrato de concessão de serviços, com a entidade E-REDES, S.A.

4.1— Acordo de concessão com EDP

Descrição do Acordo

O Município do Portalegre, através de um contrato datado de 19/07/2002, concedeu à E-REDES S.A. (anteriormente designada EDP S.A.), a distribuição de energia elétrica em baixa tensão, na área do Município de Portalegre.

Esta concessão implica a transferência para a E-REDES S.A., do exercício dos direitos e poderes da Câmara, necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, em baixa tensão, durante o prazo de concessão ou enquanto esta subsistir.

Aspetos principais do Acordo

A data de início da concessão é o dia 19 de julho de 2002.

A concessão é feita pelo prazo e nas condições de prorrogação estabelecidos número 1 do artigo 3º do Decreto-Lei número 344-B/82 de 1 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 341/90, de 30 de outubro.

O resgate da concessão obedecerá ao disposto no número 2º do artigo terceiro e no artigo 4º dos decretos-leis referidos anteriormente.

A transferência do património próprio da E-REDES para o Município nos termos da concessão far-se-á de acordo com o estabelecido no artigo 7º dos decretos-lei, a que se referem os números anteriores.

O contrato de concessão corresponde ao modelo misto, na medida em que o pagamento pela construção, desenvolvimento, aquisição, ou melhoria de um ativo de concessão de serviços é suportado



parcialmente um passivo financeiro e dando parcialmente um direito ao concessionário, sendo necessário contabilizar separadamente cada parte do passivo total reconhecido.

O Decreto-Lei 15/2022, publicado em janeiro de 2022, estabelece na alínea 3 do artigo 285º, que a E-REDES, enquanto concessionário da rede de distribuição de eletricidade em Baixa Tensão, deverá remeter anualmente ao concedente o cadastro atualizado dos ativos em uso na concessão.

Bens afetos a todas as concessões do continente



DER - Direção de Estratégia e Regulação
Concessão de Portalegre
Rede de BT e Iluminação Pública

Quadro Concessões BT - Imobilizado Bruto										Unidade: euros	
Rubricas	Imobilizado em exploração			Subsídios ao investimento			Saldo Final				
	Totalmente amortizado	Em amortização	Valor bruto total	Totalmente amortizado	Em amortização	Subsídios ao investimento	Valor bruto	Subsídios/ Participações	Valor líquido		
Imobilizado Intangível Regulado	15 559 069	18 507 942	34 067 012	6 884 527	6 939 911	13 824 437	34 067 012	13 824 437	20 242 574		
Imobilizado Intangível Regulado aceite	13 099 121	17 971 653	31 070 774	5 960 406	6 939 911	12 900 317	31 070 774	12 900 317	18 170 457		
Imobilizado Intangível Regulado não aceite	2 459 949	536 289	2 996 238	924 120	-	924 120	2 996 238	924 120	2 072 118		
Específico em BT	15 559 069	18 507 942	34 067 012	6 884 527	6 939 911	13 824 437	34 067 012	13 824 437	20 242 574		
Postos Transformação e Seccionamento	3 232 011	6 286 103	9 518 114	1 327 609	1 877 123	3 204 732	9 518 114	3 204 732	6 313 382		
Redes aéreas	6 197 956	5 134 163	11 332 119	3 042 034	1 530 453	4 572 487	11 332 119	4 572 487	6 759 631		
Redes subterráneas	1 019 993	1 730 972	2 750 965	430 188	1 120 605	1 550 794	2 750 965	1 550 794	1 200 172		
Chegadas aéreas	1 107 937	872 812	1 980 748	268 112	443 361	711 473	1 980 748	711 473	1 269 276		
Chegadas subterráneas	225 471	691 155	916 626	91 809	468 648	560 458	916 626	560 458	356 168		
Contadores e acessórios:	2 935 877	218 653	3 154 530	990 697	-	990 697	3 154 530	990 697	2 163 834		
- Contadores	2 459 941	85 695	2 545 636	924 120	-	924 120	2 545 636	924 120	1 621 516		
- Outro equipamento	475 936	132 958	608 894	66 576	-	66 576	608 894	66 576	542 318		
Equipamentos Acessórios e Outros	-	7 903	7 903	-	-	-	7 903	-	7 903		
Iluminação pública	839 808	2 778 078	3 617 886	734 078	1 499 720	2 233 798	3 617 886	2 233 798	1 384 088		
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 31.12.2017):	16	420 386	420 402	-	-	-	420 402	-	420 402		
- Outras funcionalidades	8	337 510	337 518	-	-	-	337 518	-	337 518		
- Função Medição	8	82 876	82 884	-	-	-	82 884	-	82 884		
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2018)	-	367 718	367 718	-	-	-	367 718	-	367 718		
Outro Específico não aceite em BT ¹ :	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Postos Transformação e Seccionamento (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Redes Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Redes Subterráneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Chegadas Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Chegadas Subterráneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Outro equipamento de medição (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Equipamentos Acessórios e Outros (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Iluminação pública (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Total Específico em BT aceite	13 099 121	17 971 653	31 070 774	5 960 406	6 939 911	12 900 317	31 070 774	12 900 317	18 170 457		
Total Específico em BT não aceite	2 459 949	536 289	2 996 238	924 120	-	924 120	2 996 238	924 120	2 072 118		
TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)	15 559 069	18 507 942	34 067 012	6 884 527	6 939 911	13 824 437	34 067 012	13 824 437	20 242 574		
TOTAL E-REDES (inclui valor residual das concessões)	15 559 069	18 507 942	34 067 012	6 884 527	6 939 911	13 824 437	34 067 012	13 824 437	20 242 574		

1: para além dos equipamentos de medição e das EDP Box instalados após 01.01.2018

Embora a informação disponibilizada pela E-Redes possa responder, segundo o concessionário, ao estabelecido no DL 15/2022, certo é que esta não apresenta o detalhe necessário para o município proceder aos registos contabilísticos exigidos pela NCP 4.

Para proceder conforme exigido a informação disponibilizada pelo concessionário tem de reportar, no mínimo os seguintes elementos:



1. Desagregação dos grupos homogéneos que permita o registo por grupos de bens adquiridos na mesma data e com igual taxa de depreciação;
2. Data de início da vida útil;
3. Vida útil estimada;
4. Valor bruto;
5. Depreciações do exercício, face à vida útil estimada;
6. Depreciações acumuladas, face à vida útil estimada;
7. Imparidades associadas a cada ativo;
8. Subsídios associados a cada ativo;
9. Abates – data de abate e respetiva depreciação no ano do abate e valor contabilístico.

Face a esta situação existem pareceres da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) e da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, considerando que, apesar do contrato com a E-REDES dever ser regulado pela NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços, a informação disponibilizada pela E-REDES não cumpre os requisitos da Norma, não sendo possível ao Município reconhecer os ativos de concessão afetos ao contrato.

Tendo em conta o referido acima, o Município não conseguiu validar os valores apresentados e estando em falta a informação do valor do património, ao dispor da concessão, foi decidido não efetuar qualquer registo ao abrigo da NCP 4 em 2022.

Nota 5 Ativos fixos tangíveis

5.1 Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

a. Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis são mensurados e reconhecidos ao custo de aquisição. Considera-se custo de aquisição o valor da compra e



todos os custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição indispensáveis para operarem na forma pretendida.

b. Método de depreciação

O método de depreciação utilizado é o método da linha reta.

c. As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis e respetivas taxas de depreciação utilizadas são as que se encontram definidas no Classificador complementar 2 do SNC-AP.

d. Quantia escriturada bruta e líquida

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por imparidade	Quantia escriturada (5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	20 888,68			20 888,68				
Edifícios e outras construções	5 983 661,41	2 326 159,81		3 657 501,60	8 076 486,88	4 765 199,52		3 311 287,36
Infraestruturas	79 080 366,91	54 932 480,12		24 147 886,79	78 598 951,90	58 431 524,26		20 167 427,64
Património histórico, artístico e cultural	554 794,85	5 621,10		549 173,75	567 925,27	5 621,10		562 304,17
Outros								
Bens de domínio público em curso								
	85 639 711,85	57 264 261,03		28 375 450,82	87 243 364,05	63 202 344,88		24 041 019,17
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	16 208 634,94			16 208 634,94	18 586 611,37			18 586 611,37
Edifícios e outras construções	105 248 650,67	44 752 189,97		60 496 460,70	107 186 318,31	50 240 129,44		56 946 188,87
Equipamento básico	7 366 339,45	6 471 350,66		894 988,79	7 513 109,94	6 598 897,78		914 212,16
Equipamento de transporte	3 493 482,88	2 971 320,54		522 162,34	3 721 126,74	3 153 093,53		568 033,21
Equipamento administrativo	659 548,18	634 755,11		24 793,07	666 261,16	642 375,02		23 886,14
Equipamentos biológicos								
Outros	1 645 719,51	1 577 165,39		68 554,12	1 657 786,90	1 603 858,82		53 928,08
Ativos fixos tangíveis em curso	3 598 745,78			3 598 745,78	3 656 847,28			3 656 847,28
	138 221 121,41	56 406 781,67		81 814 239,74	142 989 051,70	62 238 354,59		80 749 707,11
TOTAL	223 860 833,26	113 671 042,70		110 189 790,56	230 231 425,75	125 440 699,47		104 790 726,28

5.2 Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	20 888,68		-20 888,68						
Edifícios e outras construções	2 571 295,73		2 092 825,47			-1 352 833,84			3 311 287,36
Infraestruturas	21 270 672,11	106 862,35	-419 363,17			-769 961,26		-20 782,39	20 167 427,64
Património histórico, artístico e cultural	549 173,75	13 130,42							562 304,17
Outros									
Bens de domínio público em curso	269 029,73	1 328 786,65	-877 899,30						719 917,08
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
	24 681 060,00	1 448 779,42	774 674,32			-2 122 795,10		-20 782,39	24 760 936,23
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	16 208 634,94		2 385 426,43					-7 450,00	18 586 611,37
Edifícios e outras construções	57 534 486,06	41 285,28	1 943 371,31			-2 525 964,77		-46 988,95	56 946 188,87
Equipamento básico	894 988,79	219 295,31	-72 524,82			-127 547,12			914 212,16
Equipamento de transporte	522 162,34	227 643,86				-181 772,99			568 033,21
Equipamento administrativo	24 793,07	6 712,98				-7 619,91			23 886,14
Equipamentos biológicos									
Outros	68 554,12	12 067,39	-4 392 044,46			-26 693,43			53 928,08
Ativos fixos tangíveis em curso	3 329 716,05	4 000 256,61	-136 771,54						2 996 930,36
	78 583 335,31	4 507 263,43	-136 771,54			-2 869 598,22		-54 438,95	80 029 790,03
TOTAL	103 264 395,31	5 956 042,85	637 902,78			-4 992 393,32		-75 221,34	104 790 726,28



No ano 2022 verificaram-se transferências internas decorrentes de obras em cursos que terminaram, sendo as mesmas transferidas para as respetivas conta de ativo tangíveis e de bens de domínio publico.

5.2A – Ativos fixos tangíveis – adições

A desagregação das adições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

RUBRICAS	Adições										Total	
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança e outros	Doação em Pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão e reestruturação	Outras		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural												
Terrenos e recursos naturais												
Edifícios e outras construções												
Infraestruturas	47 589,42	205 861,92										253 451,34
Património histórico, artístico e cultural		13 130,42										13 130,42
Outros												
Bens de domínio público em curso	5 352,33	1 176 845,33										1 182 197,66
Ativos fixos em concessão												
Terrenos e recursos naturais												
Edifícios e outras construções												
Infraestruturas												
Património histórico, artístico e cultural												
Ativos fixos em concessão em curso	52 941,75	1 395 837,67										1 448 779,42
Outros ativos fixos tangíveis												
Terrenos e recursos naturais												
Edifícios e outras construções		63 706,49										63 706,49
Equipamento básico		209 922,77								9 372,54		219 295,31
Equipamento de transporte		227 643,86										227 643,86
Equipamento administrativo		6 712,98										6 712,98
Equipamentos biológicos												
Outros		12 067,39										12 067,39
Ativos fixos tangíveis em curso		3 977 837,40										3 977 837,40
		4 497 890,89								9 372,54		4 507 263,43
TOTAL	52 941,75	5 899 728,56									9 372,54	5 956 042,85

No ano 2022 verificaram-se aquisições de bens de domínio público, nomeadamente:

- Infraestruturas: Grandes Reparações em algumas vias do concelho
- Cedência para o domínio público no âmbito do alvará Nº. 2/2022 (Passeio com 29,80 m2 + lugar de estacionamento de mobilidade condicionada em Covas de Santana).
- Bens de domínio público em curso: valor correspondente a obras em curso a 31/12/2022;

No ano 2022 verificaram-se aquisições de bens de ativos fixos tangíveis, nomeadamente:

- Edifícios e outras construções: Aquisição de Ossários e Lotes (em Reversão);
- Equipamento básico: Aquisição de Monitores e material de recolha de lixo;
- Equipamento de transporte:
 - Viatura Renault Express;
 - Viatura transporte de crianças Toyota Proace;
 - Viatura Multiusos para Recolha de Resíduos Verdes;
 - Viatura ligeira Dacia Duster;
 - Viatura ligeira de mercadorias Mitsubishi.
- Equipamento administrativo: Aquisição de equipamento



diverso;

- Outros: Aquisição de Ar Condicionado;
- Ativos fixos tangíveis em curso: valor correspondente a obras em curso a 31/12/2022.

5.2B – Ativos fixos tangíveis – diminuições

A desagregação das diminuições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

RUBRICAS	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas					20 782,39	20 782,39
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso					20 782,39	20 782,39
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções					7 450,00	7 450,00
Equipamento básico					46 988,95	46 988,95
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso						
					54 438,95	54 438,95
TOTAL					75 221,34	75 221,34

No ano 2022 verificaram-se diminuições de bens de domínios públicos em curso, referente a obras terminadas e que foram transferidas para ativos tangíveis, nomeadamente:

- Incubadora de Empresas não Tecnológicas de Portalegre;
- Remodelação das Instalações Sanitárias dos Fortios – Largo da Boavista;
- Requalificação do Campo de treinos do Estádio Municipal;
- Pavimentação na rede Viária da Urra;
- Melhoramento na rede viária no Concelho de Portalegre;
- Recuperação e Valorização dos Espaços Públicos do Bairro dos Assentos;
- Requalificação da Piscina Municipal dos Assentos;
- Percursos Pedestres do Parque Natural da Serra de São Mamede;



- Reabilitação e Recuperação de edifícios/frações propriedade do Município - III fase;
- Reabilitação de bloco 2 - Praça João Tavares;
- Recuperação e Reconversão da antiga igreja do Espírito Santo de Alegrete para Centro Cultural e Social;
- Qualificação da área de acolhimento empresarial de Portalegre - Avenida Francisco Fino

No ano 2022 verificaram-se diminuições de bens de Ativos Fixos tangíveis, nomeadamente:

- Edifícios e outras construções – referente a abate de edifícios (casas de habitação social) e parcela de terreno sito Rua 1º Maio com 81,99 m2 na sequência de vendas a particulares;
- Equipamento básico – referente a abate de material de recolha de lixo (Contentores).

5.6 Ativos fixos tangíveis – outras divulgações

a. Em 31 de dezembro de 2022, o Município apresenta os seguintes Ativos Fixos Tangíveis, totalmente depreciados, mas ainda a uso, constantes do anexo IV.

b. Em 31 de dezembro de 2022, o Município apresenta os seguintes ativos tangíveis em curso:

- i. Complexo Turístico da Quinta da Saúde;
- ii. Reabilitação Edifício Paços do Concelho para Centro Documental;
- iii. Expansão da Zona Industrial – 3ª fase (Área de Acolhimento Empresarial);



- iv. Remodelação do Centro social e Jardim Infantil de S. Cristóvão;
 - v. Reabilitação das Áreas de Apoio Sócio Cultural do CPT do Bairro Social do Atalaião;
 - vi. Polivalente do Bairro dos Assentos;
 - vii. Requalificação da Escola Cristóvão Falcão;
 - viii. Remodelação do Espaço de Jogo e Recreio das Escolas;
 - ix. Infraestruturas do Loteamento da Ratinha;
 - x. Implementação da Grande Rota das Cascatas da Serra de São Mamede;
 - xi. Percursos Pedestres do Parque Natural da Serra de São Mamede;
 - xii. Rotunda EN 246 para acesso à ZI de Portalegre;
 - xiii. Requalificação da Rua da Fontinha – Alagoa;
 - xiv. Empreitada de Expansão da Área de Acolhimento Empresarial de Portalegre;
 - xv. Repavimentação da Estrada do Cabeço de Mouro;
- c. Em 31 de dezembro de 2022, o Município detém os seguintes ativos fixos tangíveis que não se encontram valorizados:
- Telemóveis – São cedidos pela MEO à Câmara Municipal de Portalegre, encontrando-se registados apenas para controlo interno;
 - Obras de arte – Algumas que, pela sua complexidade artística e inexistência de documentação também não foram valorizadas.
- d. Em 31 de dezembro de 2022, o Município não detém os seguintes ativos fixos tangíveis dados como garantias de passivos.



e. Em 31 de dezembro de 2022 a quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis consta do quadro seguinte:

Quadro – Compromissos contratuais

Município de Portalegre															
Período de relato: 01-01-2021 a 31-12-2021															
(Montantes expressos em euros)															
Descrição do compromisso	Entidade		Data de assunção do compromisso	Montante global assumido	Visto do TC		Fonte de financiamento	Projeção do dispendio futuro anual com o compromisso assumido							
	Denominação	NIPC			Nº registo	Data		N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	> N+5		
Aquisição de 3 frações situadas na Av. Das Des cobertas, nº. 32, 34 e 36 na União de Freguesias da Sé e S. Lourenço em Portalegre	Sociedade de Construções Beira Rocha, Lda.	505788420	08/11/2020	228 020,00			Receitas próprias	19 039,68	19 039,68	19 039,68	145 101,36				

Nota 6 Locações

6.4 – Locações operacionais – Locador

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Varredoura	69 135,84	11 522,64								
Contentor para Escola	5 628,00	5 628,00								
Total	74 763,84	17 150,64								

Nota 8 Propriedades de investimento

8.2 – Modelo de justo valor ou modelo do custo

O MUNICIPIO adota no reconhecimento das propriedades de investimento o modelo do custo, ou seja, o custo menos as depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

8.6 – Modelo do custo

a. As vidas úteis ou as taxas de amortização usadas

As vidas uteis estimativas têm por base o Classificador



complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC-AP.

b. Método de amortização

O método de amortização usado é o das quotas constantes em regime duodecimal.

c. Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações							Quantia Escriturada Final (10)	Gastos do exercício (11)	Rendimentos do exercício	
		Adições (3)	Transf. Internas à entidade (4)	Depreciações do período (5)	Perdas por imparidade (6)	Reversões e Perdas por imparidade (7)	Diferenças cambiais (8)	Diminuições (9)			Rendas (12)	Outros (13)
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO												
Bens de domínio público	26 610,00		-25 365,00						1 245,00			
Terrenos e recursos naturais	77 425,69		10 000,00					-5 100,00	82 325,69			
Edifícios e outras construções	1 800 870,84		893 048,44	-68 465,15					2 625 454,13			
Outras propriedades de investimento												
Propriedades de investimento em curso												
TOTAL	1 904 906,53		877 683,44	-68 465,15				-5 100,00	2 709 024,82			

Nota 10 Inventários

a. As políticas contabilísticas adotadas na mensuração de inventários, incluindo a fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se mensuradas pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inicial inclui o gasto com a aquisição, bem como os gastos adicionais de compra incorridos para colocar os inventários no seu local nas suas condições atuais.

O método de custeio adotado pelo MUNICIPIO é o Custo Médio Ponderado.

b. Quantia bruta e líquida do período

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias			
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	456 896,98	118 260,61	338 636,37
Produtos acabados e intermédios	80 075,74		80 075,74
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	536 972,72	118 260,61	418 712,11



c. Movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período						Quantia escriturada final	
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários		Outros aumentos de inventários
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)		(7)
Mercadorias		1 544 036,12	1 544 036,12						
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	360 183,47	863 051,34	766 366,80		118 260,61			28,97	338 636,37
Produtos acabados e intermédios	80 075,74								80 075,74
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso	23 289,60						23 289,60		
TOTAL	463 548,81	2 407 087,46	2 310 402,92		118 260,61		23 289,60	28,97	418 712,11

Nota 13 Transações com contraprestação

a. Políticas contabilísticas adotadas e bases de mensuração

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

b. A quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Vendas					
Livros e documentação técnica	766,30		25,00	25,00	
Mercadorias	259 772,68		16 480,70	35,25	
Outros	9 141,85		106,00	106,00	
Venda de água	2 160 865,64				
Venda de outros produtos	91,67				
Prestação de serviços					
Publicidade e Patrocínios - serviços sociais	999,30		100,00		
Publicidade e Patrocínios - serviços culturais			200,00	200,00	
Receitas de Eventos	17 287,49				
Receitas Visitantes Espaços Culturais	13 846,64		65,36	317,61	
Cinema	17 272,00		56,00		
Receitas Visitantes Espaços Desportivos	29 236,71		2 889,55	2 827,19	
Saneamento	1 629 633,83				
Resíduos sólidos	1 460 162,18		5 758,65	105,10	
Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	6 158,15		19,05	19,05	
Mercados e feiras	51 962,73		7 058,29	8 225,00	
Refeições Escolares	68 036,44			307,33	
Outros	1 938,81		13 346,76	12 080,57	
Outros	1 323,12		3 612,29	3 677,32	
Bilhetes	70 658,97				
Passes	352 037,98				
Multiviagens e outros títulos	13 238,71				
Alugueres	25 487,67				
Quota de Serviço	848 575,67				
Outros proveitos do setor de águas	23 456,00				
Estacionamento	119 358,68				
Rendimentos suplementares	827,78				
Alienações					
Alienações de ativos fixos tangíveis	248 251,83		3 017 270,70	3 026 182,06	
Rendas/Concessões					
Energia elétrica (EDP)	1 179 263,78				
Outras	13 792,82		2 453,88	1 599,70	
Rendas de edificios e outras construções	323 077,28		155 317,60	182 143,39	
TOTAL	8 946 522,71		3 224 759,83	3 237 850,57	

**Nota 14 Rendimento de transações sem contraprestação****a. Rendimentos sem contraprestação**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Transferências e Impostos evidenciava a seguinte composição:

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama					
Imposto municipal sobre imóveis	3 358 999,66				
Imposto único de circulação	593 034,75				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	1 326 648,34				
Impostos indiretos					
Mercados e feiras	41 392,12		4 670,93	11 065,36	
Ocupação da via pública	9 438,10		1 847,80	1 592,70	
Publicidade	4 327,20		30 660,18	31 460,58	
Outros	26 447,50		3 403,75	1 669,82	
Taxas, multas e outras penalidades					
Loteamento e obras	204 551,44		1 387,14	1 267,14	
Ocupação da via pública	4 285,84		192,60	2 844,00	
Elevadores e monta cargas	3 060,00				
Direitos de passagem	13 600,67		110,00	110,00	
Cemitérios	45 397,80		1 188,90		
Outros	1 695,01		1 347,30	1 347,30	
Juros de mora	16 360,66		277,09	158,25	
Juros compensatórios	1 166,76				
Coimas e penalidades por contra-ordenações	19 749,35		24 882,50	25 550,50	
Multas e penalidades diversas	369,14		27,64	27,64	
Rendimentos da propriedade					
Diversos	59 148,82				
Transferências correntes					
Fundo de Equilíbrio Financeiro	7 516 699,00				
Fundo Social Municipal	525 401,00				
Participação fixa no IRS	969 704,00				
Participação no Iva - Art. 26º-A da Lei nº.73/2013	88 064,10				
Outras	3 421 042,49				
Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	451 185,10		141 134,92	73 790,84	
Venda de bens e serviços correntes					
Mercadorias	259 772,68		16 480,70	35,25	
Outras	766,30		106,00	106,00	
Tx. De Recursos hídricos e tx. de gestão de resíduos	154 134,81				
Transferências e subsídios obtidos	201 462,92				
Trabalhos para a própria entidade	52 941,75				
Outras receitas correntes					
Diversas	44 572,83		6 671,50	54 696,44	
Rendimentos diferidos/subs ao investimento reconhecido no exercicio	193 731,45				
Outros rendimentos	48 527,42				
Venda de bens de investimento					
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	16 709,05				
Famílias	228 542,78		3 008 179,85	3 017 091,21	
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	3 000,00		9 090,85	9 090,85	
Transferências de capital					
Fundo de Equilíbrio Financeiro		835 189,00			
Cooperação Técnica e Financeira		163 736,85			
Nº.3 artº35 Lei nº. 73/2013		98 271,00			
Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados		2 434 173,37	470 634,10	717 767,40	
Outras receitas de capital					
Outras	203 378,10		299,81	299,81	
Reposições não abatidas nos pagamentos					
Reposições não abatidas nos pagamentos	19 110,14				
Saldo da gerência anterior					
Na posse do serviço	936 102,29				
TOTAL	21 064 521,37	3 531 370,22	3 722 593,56	3 949 971,09	

**Nota 15 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes****a. Quantia escriturada e variações no ano**

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos			Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)	
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)		Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)
Impostos, contribuições e taxas Garantias a clientes	468 066,95							18 962,02	18 962,02	449 104,93
Processos judiciais em curso	902 273,98			422 945,03	422 945,03			29 566,79	29 566,79	1 295 652,22
Acidentes de trabalho e doenças profissionais Matérias ambientais										
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização										
Outras provisões	63 001,90							5 020,80	5 020,80	57 981,10
Total	1 433 342,83			422 945,03	422 945,03			53 549,61	53 549,61	1 802 738,25

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo MUNICIPIO, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, verificaram-se alguns ajustamentos resultantes uns em aumentos e numa anulação perfazendo um aumento final de 393.378,24 euros, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município

A provisão para cobrança duvidosa teve uma redução no valor de 18962,02 euros, acompanhando a provisão para depreciação de existência que também registou uma diminuição no valor de 5.020,80 euros.

Identificação de passivos contingentes

Natureza Passivos Contingentes	Previsão reembolso	
	Data	Valor
Processo de reposição de subsídio recebido - Ministério do Planeamento e Infra-estruturas		872 707,19
Cristina Maria Fernandes de Oliveira Marques Mendes		210 350,00
Manuel Valente Rego		8 659,50
Massa Insolvente Reilima		81 616,20
Norris		79 071,93
Sociedade Portuguesa de Autores		3 695,62
Sandra Maria Nabo Temudo		39 551,78
Total		1 295 652,22

Nota 17 Acontecimentos após a data de relato**a. Emissão das demonstrações financeiras**



Não se aplica.

b. Acontecimentos após a data de relato que não conduziram a ajustamentos nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

Nota 18 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2022			31.12.2021		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Activos financeiros ao justo valor por	...						
	Subtotais							
	Devedores p/transf.sub.emp.bonif.	841 701,39		841 701,39	572 952,79		572 952,79	
	- Dev. por transf. e sub. não reemb.	841 701,39	-	841 701,39	572 952,79	-	572 952,79	
	Clientes, contribuintes e utentes	1 422 006,37	739 361,44	682 644,93	1 547 640,89	745 216,52	802 424,37	
	- Clientes c/ c	888 774,58	290 256,51	598 518,07	1 011 278,50	277 149,57	734 128,93	
	- Contribuintes	-	-	-	3 665,66	-	3 665,66	
	- Utes	47 382,92	-	47 382,92	52 589,25	-	52 589,25	
	- Cobrança duvidosa	485 848,87	449 104,93	36 743,94	480 107,48	468 066,95	12 040,53	
	Outros ativos	5 993 638,24		5 993 638,24	4 828 422,61		4 828 422,61	
	- Pessoal	-	-	-	-	-	-	
	- Estado e out. ent. públicos	8 363,65	-	8 363,65	-	-	-	
	- Dev. por acréscimos	546 808,95	-	546 808,95	269 913,38	-	269 913,38	
	- Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	-	-	
	- Devedores diversos	2 437 947,53	-	2 437 947,53	2 591 872,25	-	2 591 872,25	
	- Outros ativos financeiros	2 764 864,55	-	2 764 864,55	1 668 401,70	-	1 668 401,70	
	- Gastos a reconhecer	235 653,56	-	235 653,56	298 235,28	-	298 235,28	
	Participações financeiras	15 783 204,49	5 000,00	15 778 204,49	15 603 075,05	5 000,00	15 598 075,05	
	Subtotais	24 040 550,49	1 483 722,88	23 296 189,05	22 552 091,34	1 495 433,04	21 801 874,82	
	Instrumentos de património líquido							
	...							
	Subtotais							
	Totais	24 040 550,49	1 483 722,88	23 296 189,05	22 552 091,34	1 495 433,04	21 801 874,82	

b. Passivos financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2022			31.12.2021		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Credores p/transf.sub.emp.bonif.	235 611,36	-	235 611,36	248 445,76	-	248 445,76
		- Cred. por transf. e sub. não reemb.	235 611,36	-	235 611,36	248 445,76	-	248 445,76
		- Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis	-	-	-	-	-	-
		Fornecedores	651 681,62	-	651 681,62	1 038 080,04	-	1 038 080,04
		Outros passivos	4 175 827,36	-	4 175 827,36	4 935 992,39	-	4 935 992,39
		- Pessoal	-	-	-	-	-	-
		- Estado e out. ent. públicos	21 395,49	-	21 395,49	78 188,21	-	78 188,21
		- Fornecedores de investimento	854 422,61	-	854 422,61	1 479 107,91	-	1 479 107,91
		- Cred. por acréscimos	1 548 859,45	-	1 548 859,45	1 433 669,29	-	1 433 669,29
		- Credores diversos	205 899,31	-	205 899,31	331 098,68	-	331 098,68
		- Rendimentos a reconhecer	1 545 250,50	-	1 545 250,50	1 613 928,30	-	1 613 928,30
		Financiamentos obtidos	8 808 392,14	-	8 808 392,14	10 395 888,74	-	10 395 888,74
		Subtotais	13 871 512,48	-	13 871 512,48	16 618 406,93	-	16 618 406,93
		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	...					
...								
Subtotais								
Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	...							
...								
Subtotais								
Totais	13 871 512,48	-	13 871 512,48	16 618 406,93	-	16 618 406,93		



Nota 20 Divulgações de partes relacionadas

a. Controlo

Em 31 de dezembro de 2022 o MUNICÍPIO apresenta a seguinte listagem de entidade controladas:

- Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre;
- Fundação Robinson.

b. Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
SMAT - Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da CM. Portalegre	Entidade Controlada	Fornecimentos e Serviços Externos	981 307,46	87,18%	35 435,26
		Subsidios	144 339,36	12,82%	
Fundação Robinson	Entidade Controlada				235 611,36

c. Saldos com partes relacionadas

A 31 de dezembro de 2022, as entidades cuja dívida releva, nesse ano, para a dívida total do Município são:



Município de Portalegre

(unidade monetária: Euro)

Identificação Entidade Participada			Capital / Fundo Patrimonial / Quotização		Participação / Quotização do Município		Enquadramento no artigo 54.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro
Denominação	NIF	Natureza	CAE	Quotização	Porcentagem (%)	Valor Nominal (€)	
AREANATEJO - Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo	505839067	Associação	91333	62 822,40	6,25%	3 926,40	N.º2 do artigo 54.º
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	Associação de Municípios Fins Específicos	91331	133 100,00	0,98%	1 300,00	Alínea b) do n.º1 do artigo 54.º
CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	509020690	Comunidade Intermunicipal	84113	800 060,62	10,39%	83 126,30	Alínea b) do n.º1 do artigo 54.º
Fundação Robinson	510220746	Fundação	94991	2 182 495,00	57,59%	1 256 995,00	Alínea d) do n.º1 do artigo 54.º
MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA	504 475 606	Sociadade Anónima - Empresa Municipal	71120	3 236 678,67	0,15%	4 985,01	Alínea c) do n.º1 do artigo 54.º
QUALIFICA - Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses	508574170	Associação	94995	235 834,00	2,12%	5 000,00	N.º2 do artigo 54.º
Serviços Municipalizados de Águas e Transportes de Portalegre	680031065	Serviços Municipalizados	36002	1 400 000,00	100,00%	1 400 000,00	Alínea a) do n.º1 do artigo 54.º
TRIURBIR - Triângulo Urbano Ibérico Raiano, AEIE	504594788	Associação	70220	0,00	25,00%	0,00	N.º2 do artigo 54.º

(unidade monetária: Euro)

Identificação Entidade Participada			Capital / Fundo Patrimonial / Quotização		Participação / Quotização do Município		Enquadramento no artigo 54.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro	Observações
Denominação	NIF	Natureza	CAE	Quotização	Porcentagem (%)	Valor Nominal (€)		
AdVT - Águas do Vale do Tejo, SA	513606130	Sociadade Anónima - SEE	37002	83 759 578,00	0,87%	726 050,00 €	Alínea c) do n.º1 do artigo 54.º	Resultado Antes de Impostos (2022): 10.476.338€.
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627412	Associação de Municípios	94110	0,32%	Segundo entendimento da DGAL, a ANMP não se enquadra no previsto no artigo 54.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.
VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	505255090	Sociadade Anónima - Concessão de Serviço Público	38212	10 000 000,00	4,82%	482 288,00 €	Alínea c) do n.º1 do artigo 54.º	Resultado Antes de Impostos (2022): 1.233.381€.

Nota Contabilidade de Gestão

A contabilidade de gestão do município assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL nº 192 /2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 «Contabilidade de Gestão» do SNC-AP. Assim, pode-se quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, nos mais diversos níveis, planificar a sua atividade,



conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições, possibilitando assim obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção que são: as funções gerais, sociais, económicas e outras funções e na prossecução das suas atribuições.

Podemos destacar, conforme mapa seguinte, cujos custos se encontram agregados por funções, que o peso das funções gerais equivale a 42,17% do total dos custos e representam 9.364.151,82 euros, convém realçar que esta esta função agrupa os órgãos da autarquia e vários serviços de apoio.

As funções sociais representam 9.575.590,83 euros e corresponde a 43,13% dos custos totais do município, nestas destacam-se as funções do Ensino Não Superior, Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza e Cultura com 32,14%, 13,94% e 15,25%, respetivamente, do total dos custos desta função.

Na análise das funções económicas destaca-se a função Transportes Rodoviários com 2.389.063,29 euros, correspondendo a 79,91% do total dos custos dessa função.

As Outras Funções têm um peso irrelevante nos custos do Município, não chegando aos 2,00 % do total dos custos.



Município de Portalegre

(unidade monetária: Euros)

N.º	OBJETIVO/PROGRAMA Designação	Custos Diretos a Bens e Serviços	Custos Indiretos a Bens e Serviços	Custos Indiretos à Função	Total	% Função	% Geral
111	Administração Geral	6 909 752,29	2 004 311,78	68 881,47	8 982 945,54	95,93%	40,46%
121	Protecção Civil - Luta contra Incêndios	376 375,15	2 743,92	2 087,21	381 206,28	4,07%	1,72%
	Total – Funções Gerais	7 286 127,44	2 007 055,70	70 968,68	9 364 151,82	100,00%	42,17%
211	Ensino Não Superior	3 040 402,03	15 499,30	21 832,93	3 077 734,26	32,14%	13,86%
212	Serviços Auxiliares de Ensino	781 496,84	2 220,00	5 545,83	789 262,67	8,24%	3,55%
221	Saúde	71 621,96	0,00	1 664,55	73 286,51	0,77%	0,33%
232	Ação Social	210 502,12	2,31	1 401,05	211 905,48	2,21%	0,95%
241	Habituação	479 308,68	0,00	3 617,48	482 926,16	5,04%	2,18%
242	Ordenamento do Território	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
243	Saneamento	29 623,25	0,00	208,89	29 832,14	0,31%	0,13%
245	Resíduos Sólidos	1 033 863,28	0,00	7 867,48	1 041 730,76	10,88%	4,69%
246	Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	1 322 975,82	810,90	10 732,91	1 334 519,63	13,94%	6,01%
251	Cultura	1 441 111,17	7 894,63	10 954,54	1 459 960,34	15,25%	6,58%
252	Desporto, Recreio e Lazer	1 040 770,04	3 347,91	7 818,90	1 051 936,85	10,99%	4,74%
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	22 336,28	0,00	159,75	22 496,03	0,23%	0,10%
	Total – Funções Sociais	9 474 011,47	29 775,05	71 804,31	9 575 590,83	100,00%	43,13%
320	Indústria e Energia	400 059,02	0,00	3 142,91	403 201,93	13,49%	1,82%
331	Transportes Rodoviários	2 371 378,13	0,00	17 685,16	2 389 063,29	79,91%	10,76%
341	Mercados e feiras	96 902,38	0,00	733,42	97 635,80	3,27%	0,44%
342	Turismo	79 661,33	0,00	606,14	80 267,47	2,68%	0,36%
350	Outras Funções Económicas	19 369,69	0,00	109,46	19 479,15	0,65%	0,09%
	Total – Funções Económicas	2 967 370,55	0,00	22 277,09	2 989 647,64	100,00%	13,46%
420	Transferências Entre Administrações	15 134,47	0,00	91,63	15 226,10	5,56%	0,07%
430	Diversas Não Especificadas	256 640,37	0,00	1 982,53	258 622,90	94,44%	1,16%
	Total – Outras Funções	271 774,84	0,00	2 074,16	273 849,00	100,00%	1,23%
TOTAL					22 203 239,29		100,00%